

## Religião e política se misturam em livro sobre o desenvolvimento sustentável

Coletânea que reúne 37 autores revela impressionante convergência entre ativistas de movimentos religiosos e analistas agnósticos e/ou ateus

José Eli da Veiga

Professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP: [www.zeeli.pro.br](http://www.zeeli.pro.br)

**Valor**, 13 de agosto de 2023

A Columbia University Press lançou a coletânea *Ethics in Action for Sustainable Development*, organizada por cinco professores de filosofia, história e direito, sob a liderança do famigerado economista **Jeffrey D. Sachs**. São 44 ensaios, de 37 autores, em 480 páginas.

Todo guia de boas maneiras ou manual de etiqueta veta, terminantemente, qualquer mistura de política com religião. Mas, para um livro que discute a ética das ações pelo desenvolvimento sustentável, ela é mais do que inevitável, é impositiva.

Quando se versa sobre a dimensão moral de compromissos de se avançar pelas 17 veredas do desenvolvimento sustentável - as da Agenda 2030 -, religião e política esbarram, juntas, no abreviado “lé com lé, cré com cré”, que viria do ditado “leigo com leigo, clérigo com clérigo”, segundo interpretação majoritária.

A exigência é bem ressaltada na introdução, de um par formado pelo famoso economista Jeffrey D. Sachs com o bem mais modesto Owen Flanagan, tão somente um “distinguished” professor de filosofia da Duke University. Além de ética, ele ensina psicologia moral, filosofia transcultural e nexos entre filosofia da mente e psiquiatria.

O prefácio também é de uma dupla desigual. Ao lado da incomparável celebridade do Papa Francisco, um irmão pouco conhecido deste lado do mundo: o greco-turco “patriarca ecumênico” Bartolomeu 1º, de Constantinopla. Em 2017 eles já haviam conspirado juntos pelo “dia mundial de cuidado com a criação”.

O livro revela impressionante convergência entre ativistas de movimentos religiosos e analistas agnósticos e/ou ateus. Dos 37 autores, nove estão diretamente associados a questões espirituais: três teólogos, dois ecumênicos, dois católicos, um budista e um muçulmano.

Os demais 28 pertencem a organizações pacifistas, ambientalistas e trabalhistas, ou são pesquisadores. Entre estes últimos, seis que trabalham na rede da ONU para soluções sustentáveis e em dois institutos da Columbia University dedicados ao desenvolvimento sustentável, um deles especializado em investimentos.

As duas primeiras das doze partes que organizam os 44 textos voltam-se ao tema do ‘bem comum’, com visões laicas e religiosas. As demais discutem: corrupção, educação, futuro do trabalho, indígenas, justiça climática, migração, paz, pobreza, escravidão moderna, tráfico de pessoas, acesso à justiça e papel dos negócios.

Entre tantas contribuições de tamanha ‘enciclopédia’ da ética para a sustentabilidade, uma se destaca por ser muito oportuna para desenferujar o pensamento econômico. É o quinto capítulo, de Stefano Zamagni, professor da universidade de Bolonha e atual presidente da Academia de Ciências Sociais do Vaticano.

Zamagni pergunta o que poderia explicar o recente interesse por uma teoria que foi desprezada por mais de dois séculos. Trata-se da “Economia Civil”, proposta por Antonio Genovesi (1712-1769), titular da primeira cátedra de economia do mundo, criada, em 1753, pela universidade de Nápoles.

Quase ninguém soube das *Lições de Economia Civil*, de Genovesi, embora tenha surgido 23 anos antes da “Economia Política”, criada pela mais lida das duas obras do escocês Adam Smith (1723-1790): *A Riqueza da Nações*. Em grande medida, pela situação periférica da Itália no contexto do que veio a ser a Revolução Industrial.

Produto do Iluminismo napolitano-milanês, a economia civil tem cinco harmonias com as Luzes escocesas: 1) rejeição ao feudalismo, tendo o mercado como saída; 2) elogio do luxo como força de mudança social, graças a benefícios indiretos para toda a sociedade; 3) clara compreensão da revolução cultural que a expansão do comércio estava provocando; 4) reconhecimento do papel essencial da confiança em uma economia de mercado; 5) visões modernas da sociedade e do mundo.

Porém, houve uma medular discrepância entre as duas escolas.

Smith, mesmo reconhecendo que as pessoas têm uma tendência natural à sociabilidade (“simpatia” e “correspondência de sentimentos”), não a considerou relevante para o funcionamento dos mercados. Aos seus olhos, o mercado não seria, per se, *locus* de sociabilidade.

Relações mercantis impessoais - com indiferença mútua - constituiriam característica positiva, civilizadora. Amizade e relações de mercado pertenceriam a duas esferas bem distintas. A existência de relações de mercado na esfera pública (e somente nela) garantiria que, na esfera privada, a amizade fosse genuína, livremente escolhida e desvinculada de status.

Para a economia civil, ao contrário, o mercado é vida em comum e ambos compartilham a mesma lei fundamental: a ajuda mútua. Para Antonio Genovesi, a “assistência mútua” é muito mais do que a vantagem recíproca de Smith. Para este, um contrato seria suficiente. Para o primeiro, trata-se de *philia*.

Para a economia civil, a própria “regra de ouro” do mercado é a reciprocidade, pois contratos, negócios e trocas são questões de cooperação e de vantagem comum, ou seja, formas - ainda que distintas umas das outras -, de reciprocidade.

Em vez de isolar, como fez Smith, uma inclinação humana “para transportar, permutar e trocar uma coisa por outra”, Genovesi incluiu em sua análise dos mercados a complementar propensão humana à assistência mútua. Sua frase preferida - “*Homo homini natura amicus*”, expulsa a de Hobbes: “*Homo homini lupus*”.

Segundo Zamagni, a principal razão do banimento da economia civil por mais de dois séculos reside na influência do utilitarismo de Jeremy Bentham (1748-1832). Em pouco tempo, sua visão conquistou hegemonia no discurso econômico, promovendo a assimilação da antropologia hiper-minimalista do *homo oeconomicus*.

Mas é claro que Zamagni também insiste que, ao mesmo tempo, foi determinante o florescimento de uma sociedade industrial, em que a maquinaria é protagonista na definição do ritmo de vida das pessoas. Afinal, aí está o significado subjacente ao Ford-Taylorismo: a tentativa (bem-sucedida) de teorizar este modelo de ordem social e colocá-lo em prática.

Desde Genovesi e Smith, houve uma “grande transformação”, no sentido dado por Karl Polanyi. Com impactos consideráveis em aspectos éticos da ação humana: tanto no próprio significado do trabalho humano e das oportunidades de emprego, quanto na relação entre mercado e democracia.

Zamagni realça, então, que muitas áreas problemáticas das sociedades contemporâneas poderiam ser iluminadas pela economia civil. Mas opta por tratar somente do preocupante e sistêmico aumento das desigualdades sociais. Depois de descrevê-lo, discute a relação entre solidariedade e fraternidade.

Enquanto a solidariedade é o princípio de organização social pelo qual os desiguais podem se tornar iguais, o da fraternidade permite que os iguais sejam diversos. A fraternidade permite que pessoas iguais - do ponto de vista de sua dignidade e de seus direitos humanos fundamentais - expressem, de diferentes maneiras, seu projeto de vida ou seu carisma.

Enquanto uma sociedade fraterna é também uma sociedade solidária, o contrário não é verdadeiro. Não há razoável futuro para uma sociedade da qual desaparece o princípio da fraternidade. Não há esperança em sociedade dominada pelo “dar para receber” ou “dar por dever”.

A chamada Quarta Revolução Industrial está testando severamente o atual modelo de desenvolvimento. Não servem, nem o credo liberal-individualista do mundo, no qual tudo (ou quase tudo) constitui um trade-off, nem a proposta estatista, na qual tudo (ou quase tudo) depende de um senso de dever.

Esta é a mensagem central de Antonio Genovesi, que, mesmo 250 anos depois, mantém sua originalidade e contundência. Este início de século XXI clama por um segundo humanismo. No século XV, o fator decisivo foi a superação da ordem feudal. Agora é a superação da sociedade industrial que impõe a necessidade de *aggiornamento*.

Zamagni termina enfatizando que não serviriam a tal propósito a mera atualização de nossas velhas categorias de pensamento, nem uma reforma das técnicas de decisão coletiva, por mais refinadas que pudessem ser. Clama, então, por sabedoria e coragem para trilhar novos caminhos.

**Ethics in Action for Sustainable Development Jeffrey D. Sachs et al. Columbia University Press. 480 págs. R\$ 145,90 (Kindle)**

**José Eli da Veiga é professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP)**